



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROCESSOS AVALIATIVOS DE INTERVENÇÃO PARA A
PROMOÇÃO ESCOLAR**

SANDRA MARIA DA COSTA REZENDE

Belo Horizonte, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROCESSOS AVALIATIVOS DE INTERVENÇÃO PARA A
PROMOÇÃO ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão de curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Belo Horizonte, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

SANDRA MARIA DA COSTA REZENDE

PROCESSOS AVALIATIVOS DE INTERVENÇÃO PARA A PROMOÇÃO ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso TCC apresentado em _____ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome Completo do Professor (a) – Avaliador

Prof. Nome Completo do Professor (a) – Orientador

Prof. Nome Completo – Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela sua infinita misericórdia e amor que tens com a minha vida e por meus amigos e colegas de escola pelo apoio e incentivo. Aos meus familiares e amigos e também aos mestres que nos orientaram para que esse sonho fosse realizado. Obrigada a todos que me acompanharam nesse processo educativo.

EPÍGRAFE

A Escola

"Escola é...
o lugar onde se faz amigos
não se trata só de prédios, salas, quadros,
programas, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente,
gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.
O diretor é gente,
O coordenador é gente, o professor é gente,
o aluno é gente,
cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor
na medida em que cada um
se comporte como colega, amigo, irmão.
Nada de 'ilha cercada de gente por todos os lados'.
Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir
que não tem amizade a ninguém
nada de ser como o tijolo que
forma a parede,
indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só
estudar, não é só trabalhar,
é também criar laços de amizade,
é criar ambiente de
camaradagem,
é conviver, é se 'amarrar nela'!
Ora , é lógico...
numa escola assim vai ser fácil
estudar, trabalhar, crescer,
fazer amigos, educar-se,
ser feliz."



de Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho analisa os processos avaliativos de intervenção para a promoção escolar na rede municipal da prefeitura de Ribeirão das Neves e implantação do mesmo na escola “LAG”. Nesta escola o Projeto Político Pedagógico (PPP) evidencia a gestão democrática como um eixo que norteia todo o trabalho pedagógico e administrativo. As reflexões tecidas apresentam os percursos em que foram discutidos os processos diagnósticos de elaboração, execução e implantação do “Projeto Avançar para Transformar” (PAT). O PAT visa sanar lacunas na aprendizagem, distorção idade/ série e proporcionar aos educandos um ensino de qualidade e interação em âmbito intra ou extraescolar. Todas as ações desenvolvidas no projeto constam no documento do PAT e no plano de curso individual do professor. Vale salientar que, as formas de avaliações foram discutidas juntamente com a equipe pedagógica e depois foram registradas no PPP e entregues na Secretaria de Educação de Ribeirão das Neves. As análises realizadas trazem a realidade de uma escola pública mineira, a partir das definições de promoção escolar no processo avaliativo e estabelece diálogos com alguns teóricos.

Palavras chaves: Distorção idade/série, Avaliação, gestão democrática, processo educacional.

SUMÁRIO

Introdução.....8

Processos avaliativos de intervenção para a promoção escolar

1.1 Processos de elaboração do “PAT”09

Considerações Finais.....15

Referências Bibliográficas16

Anexo: – PPP E.M. Luiza Augusta Guimarães.....17

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Nº 9.394/96 aponta que a instituição escolar tem como principal função propiciar à sociedade os direitos básicos como: igualdade, qualidade educacional e gestão democrática, para que em âmbito escolar seja real a condição de acesso e permanência com iguais condições para todos os inseridos no processo de ensino/aprendizagem.

É necessário compreender que durante este percurso escolar profissionais da Educação, juntamente com a comunidade traçam, objetivos e metas que a escola deseja alcançar e inserem os passos no documento que denominamos Projeto Político Pedagógico (PPP), que contém um conjunto de ações e aspirações da escola, dentre elas: norteamento e acompanhamento do processo educativo.

A partir da realidade educacional as metas traçadas são colocadas em ação para sanar possíveis defasagens durante o processo educacional. Em 2010 constatamos após análise das instituições municipais de Educação, que tínhamos um grande número de alunos fora da faixa etária. Diante desta realidade a equipe da escola LAG buscou juntamente com a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), propiciar uma educação de qualidade e um acompanhamento pedagógico diferenciado.

Nesta lógica, foi necessário criar um projeto específico que direcionasse os caminhos a serem trilhados. O ponto de partida, foi a convocação dos diretores, supervisores e educadores para a elaboração do projeto juntamente com a SEMEC.

Neste documento, relatamos um pouco da trajetória do projeto criado para promoção de série pelos profissionais acima citados o qual foi denominado **“PROJETO AVANÇAR PARA TRANSFORMAR”** (PAT), com principal objetivo de melhorar o desempenho de ensino aprendizagem e sanar lacunas de idade/série.

Processo de elaboração do “PAT”

O projeto PAT tem os objetivos que são: a correção de distorção idade/série, educação de qualidade, acesso e permanência de nossos educandos com a erradicação de abandono escolar. Vale salientar que, estes problemas escolares têm uma incidência em nosso município e que muitas vezes, já passam a serem vistos como comuns.

Inicialmente a SEMEC propôs que cada instituição buscasse em seus registros detectar quantos alunos possuíam com distorção idade e série de 2 anos ou mais. Este diagnóstico foi enviado por e-mail a coordenação pedagógica da SEMEC, que de posse dessas análises individuais elaborou um documento inicial apontando através de gráficos e tabelas o número de alunos exatos por instituição fora da faixa etária.

Em 2010 foram convocados pela SEMEC profissionais da educação: diretores, supervisores, professores, para juntos fazerem uma análise educacional da quantidade de alunos fora de faixa e o maior ponto de concentração dos mesmos.

Após constatarmos a imensidão de nosso problema, foram realizadas várias assembleias educacionais, onde buscamos em parceria soluções para as lacunas educacionais, erradicação da distorção idade/série e proficiência educacional. Estes aspectos levantados foram apresentados como meta comum para todas as escolas do município.

De acordo com o projeto elaborado pelos profissionais municipais da educação de Ribeirão das Neves:

O Projeto Avançar para Transformar é uma estratégia de intervenção pedagógica, cuja metodologia alternativa objetiva sanar lacunas da aprendizagem e melhorar o desempenho dos alunos, possibilitando a todos a recuperação do tempo perdido ao longo de sua trajetória escolar e a correção do fluxo, superando a questão do fracasso escolar.

Para atingir esse objetivo, cabe à escola fazer uma transformação em seu modo de agir, garantindo a permanência, a aprendizagem e a inclusão. O alcance dos objetivos perpassam pela renovação de variáveis como: gestão democrática; revisão do Projeto Pedagógico; relações com o meio social, econômico e cultural; metodologia de ensino; rotinas de trabalho; frequência dos alunos e professores, e a formação continuada dos educadores. (PAT 2013, p. 1).

Para sanar lacunas na aprendizagem a Escola Municipal “LAG”, propõe então em seu Projeto Político Pedagógico, uma avaliação da aprendizagem de caráter diagnóstica, processual, formativa e contínua dos alunos, realizada pelos professores em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola. Para isso, utiliza-se inicialmente uma avaliação inicial no intuito de diagnosticar e realizar intervenções pedagógicas necessárias ao longo do ano letivo, o que possibilita aos educandos adquirir as competências e habilidades necessárias ao ciclo de aprendizagem inserido.

Embasados na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB 9.394/96 que discorre sobre a possibilidade de avanço de estudos para discente com atraso escolar. De acordo com o inciso V do artigo 24:

- V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com relevância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
 - b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
 - c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação do aprendizado. (BRASIL, 1996).

De acordo com o “Projeto Avançar Para Transformar” (2013, p.9), os alunos serão atendidos da seguinte forma: “Alunos do 7º ano/9: planejamento curricular do 7º e 8º ano / PAT I. Alunos do 8º ano/9: planejamento curricular do 8º e 9º ano / PAT II”

Diante da realidade da escola “LAG”, foram implantadas em 2011, três turmas iniciais de distorção idade/série e após análise diagnóstica inicial, percebemos que enfrentávamos além da distorção um déficit de aprendizagem, com alunos inseridos no processo que não eram alfabetizados. Desta maneira, constatamos surgir um novo desafio, como aplicar o currículo da série e erradicar a alfabetização parcial ou total dos alunos?

Quando nos reunimos novamente com todas as escolas que implantaram o “PAT”, percebemos que esse era um anseio comum e que todas as escolas em diferentes graus apresentavam o mesmo problema. Assim, foi sugerido um encontro de professores por área de ensino, para propor e elaborar um currículo comum e encaminhar a todas as escolas da rede, pois a proposta do projeto era concluir duas séries em uma.

Frente a esta nova demanda constatamos a necessidade de outro profissional para atuar no PAT. Desta forma, além do professor de sala de aula percebemos a necessidade de um professor de apoio alfabetizador, pois os educadores dos anos finais, disseram que essa não é uma característica de sua competência. Sendo assim, de comum acordo com coordenação e equipe pedagógica, a SEMEC proporcionou para cada escola, de acordo com o número de turmas, um professor alfabetizador, para atender extraclasse aos casos mais críticos de alfabetização.

A LEI Nº 9.394/96 aponta que para o desenvolvimento dos educandos e neste sentido, o PAT possibilitou a utilização de diversos recursos em âmbito escolar no processo da avaliação da aprendizagem dos alunos do PAT. Assim, os professores regentes e os de apoio optarão por avaliar utilizando: a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, os exercícios, as entrevistas, as provas, os testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando. Os dados destas avaliações foram utilizados nas coletas de informações e registrados por meios de gráficos e tabelas, para o devido acompanhamento do processo de ensino – aprendizagem do aluno. Vale salientar que todo este processo está embasado na proposta curricular da escola e propõem fazer frente aos desafios educacionais. Os desafios para serem superados, pressupõem a soma de esforços.

A educação pode se entendida como apropriação da cultura, historicamente produzido pelo homem, e a escola enquanto *lócus* privilegiado de produção sistematizado do saber, isso significa que a escola precisa ser organizada no sentido que suas ações, que devem ser eminentemente educativas, atinjam o objetivo da instituição de formar sujeitos concretos: participativos, críticos e criativos. (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, s/d, p.1).

Com esta concepção, os docentes de nossa instituição, em sua maioria, estão em formação contínua e procuram cumprir todas as determinações elucidadas pelos autores supracitados, Desta maneira, existe o propósito coletivo de entregar e cumprir o plano anual de ensino, colocando em prática todas as metas e estratégias contidas no PPP, que tem objetivos claros de acompanhar e sanar possíveis defasagens dos educandos e elevar o índice de proficiência no processo ensino e aprendizagem. (PPP, 2013).

Diante disso, realizamos aulas diferenciadas de pesquisa intra ou extraescolar. Nestes momentos de aprendizagem realizamos debates sobre o tema proposto e sugestões de novos temas atuais e emergentes indicados pelos alunos. Estas ações diferenciadas promoveram interação e comprometimento de todos os envolvidos na educação.

Constatamos que no final do ano letivo de 2011 apesar de não sanar totalmente a lacuna no processo educacional, houve uma melhora significativa na leitura escrita e interpretação de textos. No campo da matemática, foi utilizada as conjecturas necessárias para o dia a dia dos alunos. Os resultados deste PAT incentivaram a SEMEC e a escola a continuar com o projeto implantado.

Assim, em 2012 continuamos com a execução do PAT mediante aos resultados satisfatórios de aprendizagem, da aprovação dos alunos e da redução significativa da evasão escolar.

Em 2013 atingimos nossos objetivos iniciais de redução de distorção série/idade. Atualmente, a escola tem uma turma de PAT I, que atende a alunos de 7º e 8º ano simultaneamente.

Porém, ao aplicarmos avaliações em nossos alunos ingressando no 6º ano do ensino fundamental, detectamos um grande número de alunos não alfabetizados de acordo com o PAT:

Devido ao grande número de alunos não alfabetizados no 6º ano e nos prejuízos da aceleração da vida escolar, nesta situação específica. As escolas que apresentam tal demanda procederão de duas formas:

1. **Alunos somente com distorção, mas com desempenho satisfatório:** usar critério de reclassificação, conforme decisão da equipe pedagógica e orientações legais.

2. **Alunos com dificuldade em Alfabetização e em Matemática:** realizar levantamento dos mesmos através de avaliação diagnóstica no início do ano letivo, a fim de verificar o grau e o nível de defasagem apresentado pelo aluno. Após tal levantamento tais alunos receberão atendimento diferenciado com professor alfabetizador (PEB I) visando sanar tais dificuldades (PAT, 2013, p.9).

Então a equipe pedagógica de acordo com a proposta da SEMEC elaborou e aplicou provas diagnósticas, que foram arquivadas, para o caso de reclassificação. Os protocolos de registro em ata e assinado pelos pais, professores, coordenação

foram cuidados necessários para o processo educacional. Os alunos que não apresentaram um desempenho satisfatório estão matriculados no PAT e continuam sendo atendidos também no extraclasse pela professora de apoio. Estes atendimentos ocorrerem com horários e dias predeterminados e já se constata pequeno avanço na aprendizagem destes alunos. Este acompanhamento é feito através dos registros que acompanham a vida escolar do aluno como: portfólio, diário, ficha individual e histórico escolar. Vale salientar que, um dos procedimentos de acompanhamento do aluno foi o portfólio, que segundo Raylene Rêgo (2013, p.1)

O portfólio é uma técnica de avaliação do progresso das crianças por meio de um conjunto de procedimentos contínuos e atividades intencionais e sistematizadas.

O portfólio pode ser visto como um documento importante porque permite a observação do ritmo de aprendizagem da criança para auxiliá-la, de acordo com a necessidade, ou seja, considera os pontos em que a criança precisa melhorar.

Para tanto, serão registradas: experiências, opiniões, reflexões, motivações, propósitos e demais anotações pertinentes para o processo de formação da criança.

Assim, as formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar, acompanhar e intervir pedagogicamente no processo educacional, precisa expressar claramente o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem.

O que cabe ser avaliado na prática educativa? Dada a forma dinâmica e interdependente do trabalho educativo, a pergunta anteriormente apresentada desperta a atenção para a importância das condições físicas, materiais e da postura democrática dos membros da escola. Além disso, a ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores, não-docentes e pais. (NAVARRO, 2004, p.1).

Aos alunos do PAT a escola oferece diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica no decorrer do ano letivo, com análises periódicas do que deu certo e o que precisa ser mudado, para que ocorra um melhor aproveitamento por parte dos alunos. (PAT, 2013).

Visando atender as propostas contidas na LDB 9.394/96 e RESOLUÇÃO 001/2013 Organização Curricular da Educação Básica, por bimestre serão distribuídos 10 pontos entre avaliação mensal (2 pontos), bimestral (8 pontos), 15 pontos de exercícios e pesquisas propostas pelo professor regente de cada disciplina. Após no máximo 20 dias do término do bimestre ocorre à entrega das

avaliações e boletim com o resultado individual do aluno para os pais ou responsáveis.

Ao final do ano letivo os alunos que não alcançaram média para passar de ano, terão nova oportunidade de progressão com a orientação do professor, realizando um trabalho no valor de 40 pontos e uma prova final no valor de 60 pontos.

Caso não consiga a aprovação em todas as disciplinas o aluno ainda pode utilizar os Estudos independentes. Este estudo não conta com a orientação do professor, pois o aluno deve estudar em casa a matéria lecionada durante o ano letivo, comparecendo a escola em janeiro com uma data pré-estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) para a realização de uma prova no valor de 100 pontos.

Após o aluno concluir o processo educacional, sendo frequente, pode ser matriculado na série seguinte com progressão parcial em até três disciplinas.

Art. 54 A promoção e a progressão parcial dos alunos do Ensino Fundamental devem ser decididas pelos professores e avaliadas pelo Conselho de Classe, levando-se em conta o desempenho global do aluno, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em seu Componente Curricular, de forma isolada, considerando-se os princípios da continuidade da aprendizagem do aluno e da interdisciplinaridade. (SMED -Resolução 001/2013, p.15).

Diante disso no termino do ano letivo os professores juntamente com a coordenação discutem o desempenho global do aluno analisando possíveis casos de promoção ou progressão parcial. Com o diminuição dos casos de retenção foi possível perceber em 2013 um aumento do índice ao analisarmos os gráficos e tabelas dos resultados internos e externos do SIMAVE 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é uma instituição social que tem como objetivos principais a instrução do cidadão e a sua formação. Entretanto, estes objetivos podem ser alcançados com melhor qualidade quando integrados e articulados. (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, s/d).

Analisamos que, por mais que nossa realidade demonstre existir inúmeros problemas a serem superados, as mudanças começaram serem vislumbradas através da implementação das ações propostas no PAT.

No ano de 2010 implantamos o projeto PAT que permanece até os dias atuais, sua elaboração, execução e implantação foram propostas pela equipe pedagógica juntamente com o colegiado e registrada no PPP. Essa ação conjunta veio fortalecer nosso entendimento que é possível fazer diferente. Assim, constatamos que projetos que visam aprimorar os conhecimentos do educando com parcerias da comunidade dão certo e permanecem em âmbito educacional, pois todos são coparticipantes e envolvidos no processo.

Desta forma, refletimos que as parcerias são fundamentais na elaboração e execução de projetos. O PAT implantado em 2010, elaborado pela equipe citada acima cumpriu seu objetivo, correção da distorção idade/serie que era enorme em nossa instituição e que nos dias atuais se resume a 25 alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01 de Maio de 2013.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. Avaliação o processo e o produto. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5sala_planejamento_praticas_gestao_escola/pdf/u2_eixo2_1.pdf. Acesso em: 09 de novembro de 2012.

OLIVEIRA João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão financeira descentralizada: Planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos.** Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufop2/file.php/1/gestores/politica/pdf/gestao_fin_descentralizada.pdf. Acesso em: 09 de novembro de 2012.

RÊGO, Raylane. Pedagogia interdisciplinar. Disponível em: <http://raylenerego.blogspot.com/2013/05/portfolio-da-educacao-infantil-modelo.html> . Acesso em: 26 de junho de 2013.

RIBEIRÃO DAS NEVES, Secretaria Municipal de Educação. **Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais. Resolução 001/2013.** Ribeirão das Neves, 2013.

_____ : **Resolução 001, de 18 de Fevereiro de 2013. Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais.** Ribeirão das Neves, 2013.

_____ : Projeto Avançar para Transformar PAT/2013. Organização e o Funcionamento da distorção idade/serie e reclassificação do Ensino Fundamental nas escolas municipais. Ribeirão das Neves, 2013.

Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães. 2007.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



**PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL LUIZA AUGUSTA GUIMARÃES**

**ADRIANA DE JESUS TORRES MAIA
BRUNA SIQUEIRA DOS SANTOS FRANCA
DANIELA DO CARMO PEREIRA
SANDRA MARIA DA COSTA REZENDE**

RIBEIRÃO DAS NEVES, 2013

ESCOLA MUNICIPAL LUIZA AUGUSTA GUIMARÃES

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL LUIZA AUGUSTA GUIMARÃES

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Andrea Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RIBEIRÃO DAS NEVES, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
Identificação da escola	5
Características da instituição	6
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
3. CURRÍCULO	14
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO	20
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7. AVALIAÇÃO	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

A instituição escolar como berço educativo da sociedade deve partir dos princípios da igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério para que em âmbito escolar seja real a condição de acesso e permanência com iguais condições para todos os inseridos no processo de ensino/ aprendizagem.

Diante disso, para concretizar os objetivos e metas que a escola deseja alcançar é necessário elaborar um documento contendo o conjunto de ações e aspirações da escola. Esse documento que denominamos projeto político pedagógico (PPP).

O PPP irá nortear e acompanhar o processo educativo, bem como as decisões administrativas. Deve contemplar o conjunto de princípios que identificarão a escola: sua missão, clientela, dados sobre aprendizagem dos alunos, relação com a família, recursos e diretrizes pedagógicas, plano de ação, etc.

Conceitualmente se define PPP como:

É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.

É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.” (Lopes, 2010)

Dessa forma:

O PPP deve ser um documento que mostre de fato a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Deve considerar a escola como espaço de construção coletiva, direcionar sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.(Oliveira, 2010, pag.1)

Com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SMED) iniciou-se a reelaboração do PPP da escola, tendo em vista as várias mudanças pelas

quais a mesma havia passado, no sentido de que, muitas das respostas para os problemas do dia-a-dia, deveriam ser repensados. Partiu-se do princípio de que é extremamente relevante pensar na função social da escola, buscando um trabalho pedagógico que promova a socialização da cultura, de forma que a escola fosse considerada um campo de possibilidades, de ação/reflexão/ação devido à sua dinamicidade.

A direção e as pedagogas da escola participaram de cinco reuniões de capacitação promovidas pela SMED para implantação / reestruturação do PPP.

Posteriormente durante os módulos pedagógicos foram realizadas discussões com a participação da comunidade escolar. Nesses momentos foram abordadas questões como: a importância do PPP, marco referencial (processo de execução), fundamentação teórica, diagnóstico e possíveis dúvidas. O primeiro debate teve como foco o marco situacional (a realidade global existente) conhecendo os conflitos e contradições da comunidade, no segundo debate o marco doutrinal (a realidade global desejada), a concepção da educação e a formação social do ser humano e no terceiro momento o marco operacional (a realidade desejada do campo de ação da instituição) quando foram implantadas as decisões e objetivos pré-definidos coletivamente.

Percebe-se que as pessoas envolvidas nesse processo, comunidade, alunos, docentes, coordenação e direção demonstraram comprometimento com a educação e com novas propostas pedagógicas para atuarem efetivamente buscando a qualidade educacional, acesso e permanência.

Identificação da escola

Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães localiza-se na Avenida Elvis Aron Presley, nº 76- Bairro Neviana, Ribeirão das Neves, telefax: 3624-7955, e-mail: escolalag@yahoo.com.br.

A Escola foi criada pela Lei Municipal nº 746/86, de 27 de junho de 1986, justificada pela necessidade de atendimento a demanda existente, evitando-se a caminhada de 4 km (ida e volta) em via de acesso perigosa, que havia provocado a morte de um aluno. Foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1987, atendendo 140 alunos de 1ª a 4ª série com o objetivo de prestar assistência à

comunidade local. É uma entidade de direito público, que tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves.

Características da Instituição

Esta instituição de ensino oferta o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), os programas “Mais Educação” e “Escola Aberta” de iniciativa do Governo Federal, implantados no ano de 2009.

No Ensino Fundamental atende cerca de 800 alunos, a EJA possui aproximadamente 80 estudantes e o Programa Mais Educação em torno de 80 alunos. Nos finais de semana oferece através do Programa Escola Aberta diversas atividades desportivas e culturais a toda a comunidade.

Para compor o grupo docente a escola possui uma diretora e duas vice-diretoras, quatro especialistas, cinquenta e quatro docentes, quatro secretárias e uma bibliotecária. O serviço de limpeza, portaria e cantina é terceirizado pela empresa CONSERVO.

A escola possui 15 salas de aulas, 01 sala onde é realizado o projeto de alfabetização (PROALE) esta intervenção é feita por um professor extra, 01 sala de informática com 06 computadores, 01 sala para professores, 01 sala para coordenação pedagógica, 01 sala para secretaria, 01 sala para direção escolar, 01 sala onde funciona a reprodução de material (xérox), 01 sala multifuncional para atendimento dos alunos de inclusão das escolas da região, 01 sala para montagem do laboratório, 03 banheiros de uso dos funcionários, 02 banheiros de usos dos alunos, 01 refeitório, duas quadras, 01 biblioteca.

Temos em nosso acervo os seguintes equipamentos: 04 televisores, 04 aparelhos de dvd, 03 caixas acústicas, 02 notebooks, 09 computadores, 07 impressoras, 01 máquina de Xerox, 03 datashow, 04 microssistem, 01 filmadora, 01 máquina fotográfica, 01 teclado musical. Como recursos pedagógicos a escola adquiriu diversos jogos: dama, xadrez, jogos da velha, futebol, dominós, quebra-cabeça, perfil, dentre outros.

A instituição atende as comunidades dos bairros Neviana e Jardim Colonial. Percebe-se que a comunidade encontra-se em situação de risco social. Os bairros oferecem poucas opções de lazer e cultura. Alguns alunos

vivem em situação de abandono, pois os pais trabalham diariamente e não possuem condições de acompanhá-los.

Diante disso, a escola propõe convergir seus esforços para consolidar uma ampla integração com a comunidade e as famílias, pois considera primordial no processo de ensino aprendizagem a participação efetiva dos mesmos. Segundo Polônia e Dessen (2005, p.304):

Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas. Assim, pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua (Leite & Tassoni, 2002). A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade.

Portanto durante todo o ano letivo são realizados eventos sócio-culturais como: Festa da Família, Festa Junina, Mostra Cultural, reuniões para apresentação e avaliação do trabalho realizado pela escola no intuito de promover uma aproximação maior entre família/escola e contribuir para um melhor aprendizado e desenvolvimento dos alunos.

FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 tem como finalidade formar e construir uma sociedade justa, igualitária, de valores e conhecimentos, ajudando no desenvolvimento integral dos alunos e comunidade, garantindo o direito de acesso e permanência e gratuidade do ensino.

Considerando que a escola é um espaço democrático e participativo tem como um de seus objetivos proporcionar o exercício de uma cidadania emancipadora, autônoma, inclusiva, transparente e que respeite à pluralidade cultural. Dessa forma, dialoga com a LDB em seus art. 2º e 3º:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por

finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

A escola também tem como foco ser um espaço propício para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer. E assim com base na Resolução Municipal 001/2013 adotará como ação norteadora os seguintes princípios:

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;
III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e nevense e da construção de identidades plurais e solidárias.

Portanto a escola é antes de tudo um espaço educacional capaz de propiciar aos seus atores o conhecimento de seus deveres e direitos fazendo valer seus interesses econômicos, políticos e sociais. Assim, sua apropriação do saber social adquirido num conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a construção de uma formação crítica cidadã, contribuirão para sua transformação histórica

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para cumprir suas finalidades, a Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães funciona com a seguinte estrutura administrativa e pedagógica.

Diretora Escolar	01
Vice-Direção	02
Pedagogas	04
Secretárias	04
Bibliotecárias	01
Corpo Docente	54
Auxiliares de Serviços Gerais	05
Cantineiras	05
Porteiros	02
Monitores de Projetos	17
Estagiárias de Inclusão	04

A escola atende 411 alunos no primeiro turno e 376 no segundo turno, em 04 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados de blocos pedagógicos, ou seja, 03 anos (Ciclo de Alfabetização- 1º, 2º e 3º ano), 02 anos (Ciclo Complementar – 4º e 5º ano), 02 anos (Ciclo Intermediário – 6º e 7º ano) e 02 anos (Ciclo da Consolidação – 8º e 9º ano), conforme tabela abaixo:

Ensino Fundamental - 1º ao 5º Ano

ANO	TURMA	Nº DE ALUNOS
1º	Adélia Prado	30
2º	Castro Alves	16
2º	Jorge Amado	19
3º	Graciliano Ramos	22
3º	Mario Quintana	28

4º	Machado de Assis	26
4º	Eça de Queiroz	21
4º	Olavo Bilac	18
5º	Carlos Drummond	34
5º	Manuel Bandeira	31
6º	Guimarães Rosa	28
6º	José de Alencar	26
6º	Vinicius de Moraes	25
6º	Herbert de Souza	27
6º	Cecília Meireles	25

Turno da Manhã (1º turno)

ANO	TURMA	Nº DE ALUNOS
6º	Adélia Prado	32
7º	Guimarães Rosa	30
7º	José de Alencar	27
7º	Vinicius de Moraes	26
7º	Herbert de Souza	26
7º	Cecília Meireles	26
7º e 8º(PAT)	Olavo Bilac	26
8º	Castro Alves	28
8º	Jorge Amado	27
8º	Graciliano Ramos	28
8º	Mario Quintana	27
9º	Eça de Queiroz	29
9º	Machado de Assis	27
9º	Carlos Drummond	27
9º	Manuel Bandeira	25

De com o Regimento escolar implementado pela SMED de Ribeirão das Neves no ano de 2012, foram estabelecidas as atribuições de cada funcionário de acordo com a organização do cotidiano escolar.

Compete à Diretora:

- Planejar todo trabalho escolar;
- Organizar, coordenar, controlar e avaliar os trabalhos educacionais desenvolvidos na Instituição;
- O diretor, terá função específica sendo articulador político, pedagógico e administrativo da escola.
- Administrar o patrimônio da escola, que compreende as instalações físicas e equipamentos materiais;
- Coordenar a administração financeira e a contabilidade;
- Coordenar a administração dos funcionários;
- Favorecer a gestão participativa;
- Gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos;
- Orientar o funcionamento da secretaria
- Participar de atendimento escolar no município;
- Representar a escola junto aos demais órgãos do município;
- Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do plano de desenvolvimento da escola;
- Elaborar e executar a proposta pedagógica da escola, juntamente com a comunidade escolar;
- Garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, evitando a evasão e trabalhando na busca de seu aperfeiçoamento pedagógico, sempre com vistas ao sucesso escolar, entre outros.

Compete ao Vice-diretor:

- Auxiliar o diretor na administração da escola;
- Substituir o diretor em sua ausência;
- Manter o diretor informado sobre a vida escolar e a administrativa;

- Zelar pela boa ordem e disciplina da escola;
- Controlar a pontualidade e assiduidade dos servidores, entre outros.

Compete ao secretário:

- Atender as solicitações dos órgãos competente no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento;
- Manter atualizada toda a documentação do estabelecimento sob sua responsabilidade;
- Zelar pela boa ordem da documentação escolar;
- Informa e atender o pessoal docente, discente e administrativo da escola;
- Expedir certidões ou quaisquer documentos oficiais da escola;
- Participar das reuniões do estabelecimento responsabilizando-se pela elaboração das atas quando solicitada pelo diretor, entre outros.

Compete ao responsável pela biblioteca:

- Organizar a biblioteca de forma a facilitar o uso do livro, do vídeo, do retro projetor, assegurando ao usuário um ambiente propício à reflexão e estimulando-os à criatividade e à imaginação;
- Zelar pela conservação do acervo da biblioteca, orientando o usuário, docente e discente com vista à adequada utilização desse acervo;
- Promover atividades individuais e/ou coletivas especialmente as que estimulem os alunos a escreverem textos, entre outros.

Compete às pedagogas:

- Coordenar o planejamento e implantação do projeto pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes definidas no plano de desenvolvimento da escola;
- Participar da elaboração do plano de desenvolvimento da escola;
- Coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar, entre outros.

Compete ao Docente:

- Realizar o trabalho com a turma, garantindo o cumprimento dos objetivos da educação sistematizada;
- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Coordenar os processos de ensino, responsabilizando-se pela disciplina em sala de aula, zelando pela aprendizagem dos alunos;
- Participar ativamente das atividades de articulação da escola com as famílias e a sociedade, comparecer as atividades de caráter cívico, cultural e social promovidos pelo estabelecimento;
- Promover a avaliação contínua do aluno e da turma afim de orientar e planejar o trabalho docente;
- Ministras os dias letivos e horas aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Tratar cada aluno com cordialidade e respeito;
- Elaborar os planos de aula, de acordo com o programa da unidade escolar;
- Organizar o trabalho com cuidado especial de forma a atender as diferenças individuais de todos os alunos;
- Debater com seus alunos os resultados das avaliações;
- Estabelecer estratégias de recuperação paralela para os alunos de menor rendimento;
- Levar o conhecimento dos responsáveis pelo turno as faltas não justificadas dos alunos.

CURRÍCULO

Entende-se que o currículo deve ser um conjunto de aprendizagens que levam a criação de conhecimentos significativos, não sendo somente uma organização de conteúdos, mas uma relação de poder entre professor e aluno e também de classes sociais, demandando uma necessidade de padronização do conhecimento a ser ensinado.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Sendo assim a E. M. Luiza Augusta Guimarães, busca em seu cotidiano traçar estratégias para alcançar expectativas que solucione as demandas curriculares que são exigidas pelos órgãos públicos dando ênfase a uma educação de qualidade.

De acordo com a Resolução 001/2013 que dispõe, sobre a Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais de Ribeirão das Neves, estabelece como currículo a seguinte definição:

Art. 31 O currículo da Educação Básica configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando.

§ 1º Na implementação do currículo, deve-se evidenciar a contextualização e a interdisciplinaridade, ou seja, formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, permitindo aos alunos a compreensão mais ampla da realidade.

§ 2º A interdisciplinaridade parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e a contextualização requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares aos alunos.

Segundo as definições de Lalande (1993), o currículo serve para direcionar e operar as decisões de forma coletiva num tipo de homens organizados, ou seja, o currículo se da em meio a uma construção coletiva e a uma educação democrática.

As escolas Municipais de Ribeirão das Neves seguem um modelo curricular que é padronizado pelo Ceale (Centro de Alfabetização, leitura e escrita) e também o CBC (Conteúdos Básicos Comuns) que foi proposto pela Secretaria de Educação do município sendo o primeiro aplicado nos anos iniciais e o segundo aplicado nos anos finais do Ensino Fundamental. Esses modelos curriculares buscam compreender e intervir nas diferentes realidades dos educandos, entendendo que eles também são os próprios criadores do conhecimento a partir das experiências vividas. Diante disso a escola segue a seguinte estrutura curricular:

Art. 24 Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I - Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Estrangeira moderna (Inglês);
- c) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- d) Educação Física.

II - Matemática.

III - Ciências da Natureza.

IV - Ciências Humanas:

- a) História; b) Geografia; (Resolução 001/2013 Ribeirão das Neves)

Através do acesso aos documentos do Ceale e do CBC é realizado um planejamento anual, que tem como objetivo orientar o trabalho do professor no desenvolvimento das aulas.

O planejamento, com todos os seus componentes, é um guia para o professor e para os alunos e não uma predeterminação rígida das atividades educativas que devem ocorrer na sala de aula.

Na concepção do trabalho da Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães o planejamento é fundamental. Ele é um elemento estratégico para organização das ações docentes, que se caracteriza pela intenção de alcançar o máximo de sucesso possível no trabalho educativo, mediante a seleção cuidadosa das atividades, do material necessário, dos esforços, do tempo disponível e dos objetivos a serem alcançados, sendo trabalhados assuntos diversificados e interdisciplinares conforme estabelece a Resolução 001/2013 do município. Lembramos que esse planejamento é flexível, seus objetivos incorporam as necessidades, interesses e projetos surgidos no desenvolvimento. O objetivo do currículo dentro da escola opera-se de forma a criar situações favoráveis para o educador e o educando, pois através dele se tem uma nova forma de aprendizagem a partir da realidade vivida.

Portanto, através do PPP, a escola como uma instituição de ensino que prioriza a construção coletiva do conhecimento, busca organizar o currículo de

forma a viabilizar uma maior interdisciplinaridade, assegurando a livre comunicação entre todas as disciplinas.

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães oferta o ensino fundamental (turnos matutino e vespertino), a educação de jovens e adultos (noturno), os programas Mais Educação e Escola Aberta à comunidade dos Bairros Neviana e Jardim Colonial.

Considera que a instituição escolar deve ser entendida enquanto espaço sócio – cultural. E diante disso, compreende seus alunos e professores como agentes sócio - culturais, ou seja, sujeitos que de acordo com Dayrell (2006, pag. 159) são sujeitos sociais que vão reproduzindo e elaborando uma própria cultura.

Ainda de acordo com Dayrell (2006, pag. 160) “a escola propõe ser um espaço de formação ampla do aluno, aprofundando seu processo de humanização, aprimorando as dimensões e habilidades que fazem de cada um de nós seres humanos”. Pois assim, o acesso ao conhecimento, às relações sociais, às experiências culturais diversas podem contribuir como suporte no desenvolvimento singular do aluno como sujeito sócio- cultural, e no aprimoramento de sua vida social.

Dessa forma, a escola busca promover um ambiente escolar que favoreça a autonomia, as trocas de experiências encorajando os alunos a pesquisarem, buscarem soluções, explorarem possibilidades, levantarem hipóteses, justificarem seus raciocínios, validando assim suas próprias conclusões diante da realidade que os cerca.

Nesse ambiente escolar os erros fazem parte do processo de aprendizagem, devendo ser explorados e utilizados de maneira a gerar novos conhecimentos, novas questões, novas investigações.

Os espaços escolares serão vistos pelos alunos como um lugar que tenha sentido para eles, para que possam se engajar em sua própria aprendizagem. De forma que a sala de aula seja um espaço de trabalho estimulante, acolhedor, organizado e alegre. E assim, a organização trabalho na realização

das atividades coletivas e /ou individuais garantirá que os alunos se sintam estimulados a participar ativamente.

O Ensino fundamental possui duração de 09 anos, é regulamentado pela Lei nº 11.274/2006 que altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da LDB Nº 9394/1996. Esta etapa da educação básica tem suas diretrizes curriculares nacionais fixadas pela Resolução CNE/CEB Nº7/2010 e pelo Parecer CNE/CEB 11/2010, que visam à melhoria da qualidade de ensino com a garantia de acesso e permanência na escola.

De acordo com a Resolução 001/13 do Município em seu art. 21 o Ensino Fundamental, com duração de nove anos, é estruturado da seguinte maneira:

- I – Ciclo de Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;
- II – Ciclo Complementar, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade; 4º e 5º ano;
- III – Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;
- IV – Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Considerando ainda a Resolução 001/13 a escola entende que:

Art. 22 Os Ciclos de Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, como foco na alfabetização e letramento, ampliando as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Art. 23 Os Ciclos Intermediário e da Consolidação devem ampliar e intensificar, gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental, bem como considerar o princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento de estudos no Ensino Médio.

As aulas do primeiro turno iniciam-se às 07:00 horas e terminam às 11:40 horas. Cada aula possui a duração de 53 minutos e são destinados 15 minutos para recreio, não ocorrendo descontos no tempo para troca de horários dos professores.

No turno da tarde as aulas iniciam-se às 13:00 horas e terminam às 17:30 horas para os alunos do 1º ao 5º ano. Os alunos do 6º entram as 13:00 e saem as 17:40 horas. As aulas também possuem duração de 53 minutos.

Entretanto, para uma melhor organização do turno, os alunos são divididos de acordo com suas faixas etárias durante a realização dos recreios.

Quinzenalmente acontece na escola os módulos pedagógicos, pré – estabelecidos pela SMED de acordo com o calendário escolar. Durante a realização dos módulos o corpo docente juntamente com coordenação pedagógica realiza atividades como:

- Planejamento;
- Formação continuada;
- Organização do trabalho coletivo;
- Elaboração de projetos;
- Realização de oficinas;
- Análise dos resultados das avaliações internas e externas;
- Elaboração de planos de intervenção;
- Discussão de leis referentes e relevantes a educação e ao contexto no qual a escola e os professores estão inseridos (Regimento Escolar/PPP/ PDE);
- Reflexão sobre as ações desenvolvidas.

É relevante ressaltar que as reuniões pedagógicas constituem-se em importantes espaços de interatividade num processo de ação- reflexão- ação como base para a estruturação pedagógica da escola.

Quanto ao sistema avaliativo, os alunos durante os bimestres têm novas oportunidades de recuperar os pontos perdidos através de recuperações paralelas. Ao final do ano os alunos que não conseguiram alcançar a média necessária para aprovação participam da recuperação final, onde o professor revê os conceitos trabalhados durante o ano letivo.

A secretaria municipal de educação oferece aos docentes curso de capacitação como: PNAIC – Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa, PIP – Projeto de Intervenção Pedagógica, Pró-letramento, Pro-gestão e Capacitação para Educação Inclusiva. A participação dos professores nos cursos acontece através de inscrições e de acordo com o campo de atuação de cada um.

A educação de jovens e adultos é oferecida no noturno através de curso presencial que tem como objetivo atender alunos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade certa. Funcionando no horário de 18:00 as 21:00 horas com os alunos e das 21:00 as 22:00 horas apenas para planejamento.

Dentre os projetos oferecidos a escola possui o “*Mais Educação*” e o “*Escola Aberta*”.

O Programa Escola Aberta funciona na escola durante os sábados, no horário de 08:00 às 13:00 horas. Este programa possui 01 coordenador e 03 oficinairos. São oferecidos à comunidade oficinas de crochê, capoeira, decopagem e esporte, (futebol, vôlei e queimada).

O programa Escola Aberta incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno. (Ministério da Educação e Cultura (MEC)).

O Programa Mais Educação é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo:

Fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005 (...) Por esse motivo a área de atuação do programa foi demarcada inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas. (...) Para o desenvolvimento de cada atividade, o governo federal repassa recursos para ressarcimento de monitores, materiais de consumo e de apoio segundo as atividades. (Ministério da Educação e Cultura (MEC)).

O Programa realiza suas atividades em uma casa alugada próxima à escola. Atendendo 60 alunos no período da manhã e 20 alunos no período da tarde. O programa possui uma coordenadora e 13 monitores que trabalham com as oficinas de capoeira, desenho, ginástica rítmica, pintura e letramento, que auxilia na recuperação dos alunos. O cargo de coordenação é assumido por um professor efetivo da rede em desvio de função. Os monitores são selecionados na própria comunidade, de acordo com as aptidões necessárias a função.

PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão escolar tem por objetivo envolver todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas, buscando a participação de todos nos processos de decisões da escola. Para Gonçalves e Carmo (2001 p.22) a administração escolar é diferente de qualquer outra administração e muito mais complexa, pois ela envolve não só as crianças, os pais, mestres e funcionários, mas toda a coletividade e os próprios interesses nacionais. Busca abranger de modo democrático o exercício do poder, incluindo processos de planejamento, tomada de decisões e avaliação dos resultados alcançados.

Uma gestão democrática exige a compreensão dos problemas postos pela prática pedagógica e administrativa. Dessa forma, todo trabalho administrativo ou pedagógico a ser realizado na escola ocorrerá de forma coletiva. No entanto, cabe ao corpo pedagógico criar mecanismos para garantir a participação de todos.

A escola em que trabalhamos não possui uma gestão totalmente democrática, pois não temos muita autonomia para resolver situações problemas. A direção é um cargo de indicação política e esta imposição muitas vezes dificulta a aproximação da comunidade. Mesmo a escola não tendo total autonomia, a direção busca trabalhar de uma forma mais transparente possível, informando a comunidade escolar sobre o que está sendo feito e o que pretende fazer.

A gestão escolar busca parceria com a comunidade e as famílias, pois considera primordial no processo de ensino aprendizagem a participação efetiva dos mesmos. Segundo Joao Ferreira , Karine Nunes e Luiz Fernandes (sd):

A educação pode se entendida como apropriação da cultura, historicamente produzido pelo homem, e a escola enquanto locus privilegiado de produção sistematizado do saber, isso significa que a escola precisa ser organizada no sentido que suas ações, que devem ser eminentemente educativas, atinjam o objetivo da instituição de formar sujeitos concretos: participativos, críticos e criativos.

O Conselho Escolar se reúne sempre que convocado para a prestação de contas e em alguns casos internos, que precisam ser resolvidos com alunos e funcionários. A escola buscará esforços para ampliar a participação da comunidade e criar um grêmio estudantil.

RELAÇÕES DE TRABALHO

No início do ano letivo os gestores se reúnem para uma avaliação da administração anterior e verificar o que cada segmento da escola, pode fazer para melhorar sua atuação, revendo a definição de papéis que competem a cada um. Nesse dia todos ficam cientes de seus deveres e de seus direitos, sempre buscando atitudes solidárias e participativas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que fortaleçam o diálogo.

No dia a dia a escola se depara por situações de conflito onde a mediação do educador é fundamental e assume forma de intervenção para resolver a situação de maneira justa. Em uma situação de conflito entre alunos, as pedagogas ou a direção conversam em particular com os discentes, sendo orientadas oralmente para que a situação não se repita. Quando necessário os responsáveis são chamados para junto com a escola buscar soluções para o problema.

As relações professor/aluno são embasadas na confiança e no companheirismo, que são vitais para o sucesso e a satisfação de ambos. Em situações de conflito, direção e coordenação atuam como mediadores solucionando os problemas que aparecem.

Em situações de conflito entre funcionários da escola, a direção chama em particular e conversa com ambas as partes, fazendo uma ata e registrando o ocorrido.

A gestão incentiva os funcionários a participarem dos cursos de capacitação que são ofertados pela SMED. Consideramos que uma educação de qualidade só pode acontecer quando o professor procura melhorar seus

conhecimentos buscando novas formas de ensinar e aprender, contribuindo assim, para seu crescimento pessoal e profissional.

A gestão escolar busca valorizar todos os funcionários que trabalham nesta instituição, lembrando das datas comemorativas e realizando eventos para integrar e unir todos os seguimentos da escola. Apesar das dificuldades surgidas no dia a dia, estamos sempre motivando nossos funcionários, mostrando que eles são importantes na construção de um ambiente tranquilo e produtivo

AVALIAÇÃO

A Escola propõe uma avaliação da aprendizagem de caráter diagnóstica, processual, formativa e continua dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola. Para isso, utiliza-se de vários instrumentos, procedimentos e recursos no intuito de diagnosticar e realizar intervenções pedagógicas necessárias ao longo do ano letivo, o que possibilita aos educandos adquirir as competências e habilidades necessárias no ciclo de aprendizagem.

Para a avaliação da aprendizagem, os professores utilizam recursos como: a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando. Utilizam a coleta de informações registrando-as através de gráficos e tabelas para o devido acompanhamento do processo de ensino – aprendizagem do aluno, embasado na proposta curricular da escola.

Behrens (2003 p. 89), afirma que o caminho do conhecimento, exige a superação de metodologias que mantêm a ação pedagógica assentada na repetição e na cópia, ou seja, é necessária uma prática pedagógica atuante e pesquisadora que envolva a todos no processo de ensino aprendizagem longe do método tradicional de ler, escrever e repetir.

Apesar dos esforços desta instituição após análise dos diagnósticos internos, constatamos que nossos alunos demonstram baixo rendimento nas mesmas, o que se reflete nas avaliações externas do Sistema Mineiro de

Avaliação (SIMAVE). De acordo com a resolução da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves.

Art. 46 A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB - pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção pedagógica. (2013, pág. 13)

Diante do art. 46, a gestão reuniu todos os envolvidos no processo educacional e propôs as ações de intervenção no Plano de Intervenção Pedagógica, solicitando a secretaria Municipal de Educação professoras dos anos iniciais para atuar como interventora nos anos finais, realizando atendimento no próprio turno.

O que cabe ser avaliado na prática educativa? Dada a forma dinâmica e interdependente do trabalho educativo, a pergunta anteriormente apresentada desperta a atenção para a importância das condições físicas, materiais e da postura democrática dos membros da escola. Além disso, a ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores, não-docentes e pais.(Navarro, pag.1)

As formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar, acompanhar e intervir pedagogicamente, no processo educacional precisam expressar claramente o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem. Este acompanhamento é feito através dos registros que acompanham a vida escolar do aluno como: diário, ficha individual e histórico escolar.

A Escola oferece aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo. São oferecidos estudos periódicos de recuperação ao longo dos bimestres.

Distribuição de Pontos:

1º bimestre 25 pontos e recuperação paralela

2º bimestre 25 pontos e recuperação paralela

3º bimestre 25 pontos e recuperação paralela

4º bimestre 25 pontos e recuperação paralela

Em cada bimestre serão distribuídos 10 pontos entre avaliação mensal e bimestral e 15 pontos de exercícios e pesquisas propostas pelo professor regente de cada disciplina.

Na recuperação final, com orientação do professor, os alunos realizam um trabalho no valor de 40 pontos e uma prova final no valor de 60 pontos.

O aluno ainda pode utilizar os Estudos independentes caso não consiga a aprovação em todas as disciplinas. Este estudo não conta com a orientação do professor, pois o aluno deve estudar em casa a matéria lecionada durante o ano letivo, comparecendo a escola em janeiro com uma data pré-estabelecida pela SMED para a realização de uma prova no valor de 100 pontos.

Após o aluno concluir todo o processo pode ser matriculado na serie seguinte com progressão parcial em até três disciplinas.

Art. 54 A promoção e a progressão parcial dos alunos do Ensino Fundamental devem ser decididas pelos professores e avaliadas pelo Conselho de Classe, levando-se em conta o desempenho global do aluno, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em seu Componente Curricular, de forma isolada, considerando-se os princípios da continuidade da aprendizagem do aluno e da interdisciplinaridade. (2013, pág. 15)

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados aos pais em até 20 dias após o termino de cada bimestre. A entrega das avaliações e dos boletins ocorre durante uma reunião pedagógica, onde os pais recebem orientação individual, juntamente com os educandos caso necessário.

Apesar dos empecilhos constatamos uma elevação do índice ao analisarmos os gráficos e tabelas dos resultados internos e também externos do SIMAVE 2012.

Diante disso, a evolução da prática social educativa demanda de ações sociais efetivas cujas atuações sejam de relevância social, para uma formação integral e cidadã sem lacunas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é uma instituição social que tem como objetivos principais a instrução do cidadão e a sua formação. Entretanto, estes objetivos podem ser alcançados com melhor qualidade quando integrados e articulados aos objetivos administrativos.

Por mais que nossa realidade escolar demonstre que há inúmeros problemas a serem superados, acreditamos que as mudanças começarão a serem vislumbradas através da implementação do projeto político pedagógico que visa reorganizar a escola com uma administração participativa, com decisões democráticas dando qualidade em todo o processo de instrução do indivíduo.

Portanto, tendo em vista a riqueza desse projeto iremos implementá-lo de forma coletiva para que todas as propostas e ideias possam ser alcançadas ao longo do trabalho pedagógico, visando buscar dentro do PPP formas para que a educação possa ser de qualidade e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. 3ªed. Curitiba: Champagnat, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 de Maio de 2013.

_____ : Lei nº 11.274, de 06 de Fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em 01 de Maio de 2013.

_____ : Parecer CNE/CEB Nº:11/2010, de 7 de Julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010.

_____ : Resolução nº7, de 14 de Dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992. Acesso em 01 de Maio de 2013.

DAYRELL, Juarez. Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

GONÇALVES, Juçara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos do. Gestão escolar e o processo de tomada de decisão. BELÉM /PARÁ. UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA – UNAMA, 2001. Disponível em

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=3927&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em 10 de Abril de 2013.

LALANDE, André (1993). *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes.

LOPES, Noemia. O que é Projeto Político Pedagógico. In: NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR, Edição 011, Dezembro 2010/Janeiro 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa Escola Aberta. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16739&Itemid=811. Acesso em 18 de Abril de 2013.

_____: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa Mais Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article/. Acesso em 18 de Abril de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/. Acesso em 19 de Outubro de 2012.

OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes e DOURADO, Luiz Fernandes. *Organização da Educação Escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática*. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12493>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2013.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. *Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola*. In: Revista Psicologia Escolar e Educacional, 2005, Volume 9, Número 2, p.303-312. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciserial&pid=1413-8557&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de Março de 2013.

RIBEIRÃO DAS NEVES, Secretaria Municipal de Educação. Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais. Resolução 001/2013. Ribeirão das Neves.

_____ : Resolução 001, de 18 de Fevereiro de 2013. Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais. 2013

_____ : Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães. 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição Papyrus, 2002 Disponível em: <http://pedagogia.dmd2.webfaccional.com/media/gt/VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em 01 de Maio de 2013.